

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA NUMA ESCOLA PÚBLICA EM FORTALEZA

Tatiana Castro Rodrigues Lopes

Camila Vivian Gomes

Evania Maria Oliveira Severiano

Centro Universitário Fametro – Unifametro

tatieanalu2009@gmail.com

Título da Sessão Temática: *Políticas Públicas e Direitos Sociais*

Evento: IV Encontro de iniciação à Pesquisa

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo principal conhecer e refletir sobre o espaço ocupacional do assistente social, através do estudo dos subsídios para a atuação na educação e do discurso da prática profissional do Assistente Social inserido no contexto educacional. Particularmente, partimos do conhecimento sobre o atendimento integrado com outros profissionais, às crianças e adolescentes considerados de necessidades especiais. Estudo de abordagem qualitativa com uso de levantamento bibliográfico e estudo exploratório de campo. Realizamos visita no Espaço Educacional e fizemos uso de uma entrevista com a profissional do Serviço Social, oportunidade de registrar o discurso profissional sobre vantagens e desafios acerca da atuação do assistente social neste espaço de intervenção. Em síntese, como resultados apontamos que o trabalho do assistente social no ambiente escolar é imprescindível, visto que esse é lugar de manifestação das expressões da questão social. O serviço social atua acompanhando famílias, na identificação das necessidades deste público, inseridos no contexto, tanto da escola como da comunidade

Palavras-chave: Educação. Direitos Humanos. Diversidade. Ampliação

INTRODUÇÃO

A educação no Brasil é um direito de todos e dever do Estado e da família. Está garantido na Constituição da República Federativa do Brasil em seu artigo 205, e visa o pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Apesar desta garantia de educação a todos, vivemos num momento atual de desmonte de políticas públicas, derivadas de uma forma de pensar o Estado mínimo para as políticas sociais e máximo para o mercado. Como muitos dos seus defensores afirmam, deve ser livre

para atuar, absorvendo tais políticas, pois haveria uma melhora na qualidade destes serviços. Entretanto, verificamos no cotidiano brasileiro, um grande número de jovens, adolescentes e adultos sem este tipo de direito garantido adequadamente ou até mesmo excluído dele.

Aliado a isso e relacionado a fase atual do capitalismo financeiro, temos um aumento considerável da pobreza, o desemprego estrutural, trabalho informal, que caracterizam esta sociedade como cada vez mais complexa em suas relações sociais, e visivelmente percebida cada vez mais estas expressões da questão social.

Discutir a contribuição do serviço social para a garantia deste direito, nos remete obrigatoriamente à temas que atravessam a realidade social, política, econômica e cultural mas que, nem sempre são identificadas no dia a dia da escola e por muitas vezes ficam distantes das políticas educacionais (ALMEIDA,2001)). Consideramos que a escola está inserida nesse processo social, portanto, é necessário aprofundar de que modo os sujeitos direta e indiretamente estão afetados pelos efeitos desses processos sociais repercutindo em suas necessidades, assim, torna-se fundamento a aproximação da família ao contexto escolar, uma vez que o sistema de ensino também se constitui em espaço de refrações da questão social. O Serviço Social nas escolas, então, consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como evasão escolar, baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, e outros, que precisam de uma atuação também conjunta com outros profissionais. Outrossim, fundamental vincular às famílias no contexto educacional dos sujeitos educandos.

Este estudo objetiva conhecer e refletir o espaço ocupacional do assistente social, através do estudo bibliográfico dos parâmetros de atuação do assistente social na Política de Educação. Associamos uso de visitas e entrevista para conhecer o discurso da prática profissional do Assistente Social inserido no contexto educacional, e mais particularmente, no atendimento integrado com outros profissionais, às crianças e adolescentes considerados de necessidades especiais.

METODOLOGIA

Estudo de abordagem qualitativa com uso de levantamento bibliográfico e estudo exploratório de campo. A visita institucional foi realizada numa Escola de Ensino médio integral. É uma escola pública do governo do Estado do Ceará, referência em educação inclusiva, devido estar presente um núcleo do NAPE (Núcleo de Atendimento Pedagógico Especializado). Composto por profissionais qualificados em educação inclusiva, onde na equipe integra um assistente social. Durante a visita foi aplicada uma entrevista com

perguntas abertas a esta profissional, baseada num roteiro fornecido pela orientadora da disciplina de práticas interdisciplinares, visando alcançar os objetivos da disciplina.

O NAPE foi inaugurado na escola, em janeiro de 2006 com uma equipe interdisciplinar buscando promover ações que atendam aos anseios da escola em trabalhar com o “diferente”, acolher, educar e ensinar, respeitando as diferenças individuais. Baseado na proposta de expansão da Política Estadual de Educação Especial, fundamentada na Constituição Federal (art.208, inciso III), compondo a finalidade de democratização do ensino, considerando a diversidade humana e a defesa dos direitos humanos. É gerenciado pelo núcleo gestor da unidade escolar a qual pertence. Está localizado conforme as regiões administrativas, atendendo as pessoas com necessidades educacionais especiais da escola e regiões circunvizinhas. Tem como objetivo desenvolver as potencialidades do aluno com necessidades educacionais especiais, visando facilitar sua inclusão e integração no ensino regular. Oferece atendimento interdisciplinar como psicopedagogia, fonoaudiologia, psicologia, terapeuta ocupacional e serviço social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A profissional que atende no NAPE, é formada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará, com Pós-graduação em Educação Especial e Psicologia Educacional, atua na instituição desde 2006. A demanda que chega a esta equipe é formado por alunos com dificuldade de aprendizagem e emocional, dificuldade de fala e atraso de linguagem, deficiente intelectual, paralisia cerebral, deficiências múltiplas, incluindo aí o portador de autismo.

Em relação as expressões da questão social mais visíveis, além do baixo rendimento desses alunos e dificuldade de socialização, são a pobreza, o desemprego e a evasão escolar.

Ressaltando as considerações dos “subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação”, recomenda-se pensar a relação do serviço social com a educação e a concepção de educação que deve orientar a atuação de assistentes sociais nessa Política. A educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social. Sua função social, portanto, é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação das expressões da questão social.

O assistente social vai lidar diretamente com as manifestações da questão social que irão se expressar nas demandas diretas que chegam nos atendimentos do serviço social.

No NAPE, é no setor de serviço social onde inicia-se o processo de triagem, diagnóstico, acompanhamento e encaminhamento dos alunos aos demais profissionais. O serviço social busca promover a interação entre aluno, família e comunidade escolar. Os instrumentais utilizados são: Encaminhamento para o professor do aluno, anamnese social, cartão de acompanhamento, parecer evolutivo, encaminhamento, declaração. O serviço social realiza no contexto institucional, oficinas, comemorações, festas, rodas de conversa, tanto para os usuários, quanto para as famílias.

Visualizamos uma diversidade de competências realizadas pela assistente social e salientamos oportunamente as considerações dos “subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação” sobre as atribuições e competências dos assistentes sociais, sejam as realizadas na educação ou em qualquer outro espaço sócio-ocupacional, estas são orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Estes Instrumentos afirma a concepção do Projeto Ético-Político Profissional. Sendo importante destacar que as competências e atribuições exige conhecimentos teóricos, éticos e técnico-operativos. Aprender os processos sociais da sociedade, seu movimento histórico, o significado social da profissão, e mais especialmente, fazer mediações desses conhecimentos com a identificação das demandas, interpretando-as para além da aparência, sendo capaz de formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social.

Partindo do princípio que a educação pode ser considerada um espaço privilegiado para o enriquecimento ou empobrecimento do gênero humano, o assistente social pode contribuir no espaço educacional para possibilitar aos sujeitos educandos o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano. Assim, faço considerações sobre o discurso do assistente social interlocutora na nossa pesquisa, a mesma considera relevante e imprescindível o trabalho do assistente social, pois tem uma atuação fundamental junto a família, bem como a competência de fazer o correto encaminhamento aos demais profissionais. A capacidade de entender o núcleo familiar e identificar suas necessidades, contribuir para um trabalho efetivo acolhendo as demandas, interpretando-as e construindo as respostas de modo a incidir no desenvolvimento da autonomia e capacidades dos sujeitos sociais atendidos no serviço social. Quanto aos principais desafios e obstáculos no cotidiano e exercício profissional, a interlocutora do estudo destacou a alta demanda e a dificuldade de

uma resposta efetiva nesses encaminhamentos. Discurso que se assemelha as considerações ressaltadas nos “subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação” quanto aos espaços ocupacionais do assistente social, cujas refrações sofrem impactos da conjuntura adversa a materialização das políticas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de muitos desafios ainda encontrar o espaço sócio educacional para aqueles que são considerados diferentes pela sociedade, verificou-se durante a pesquisa desse estudo que o país, desde a Constituição de 1988, tenta garantir o tratamento universal e igualitário, reforçado por políticas públicas que assegurem direitos a essa população. Mas, como bem situa a assistente social, precisa ser ainda muito ampliado, a fim de garantir a universalidade do atendimento, princípio constitucional do nosso sistema de saúde, bem como melhorar a integralidade do atendimento, no que diz respeito aos encaminhamentos a toda rede pública envolvida no processo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. “Apontamentos sobre a Política de Educação no Brasil hoje e a inserção dos assistentes sociais”. In: CFESS, Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2011.

BACKHAUS, Berenice Beatriz. “Prática do Serviço Social escolar: uma abordagem interdisciplinar. In: Serviço Social e Sociedade. N38. São Paulo: Cortez. Março/1992, p.37-55.

BRASIL. Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

COUTINHO, Carlos Nelson. Intervenções: O marxismo na batalha das ideias. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. IN Atribuições Privativas do Assistente Social Em Questão. Brasília: CFESS, 2002.

MAPA DA CRIMINALIDADE E DA VIOLÊNCIA EM FORTALEZA. Disponível em: <www.uece.br/covio/dmdocumentos/regional_III.pdf/2011. Acesso em 11 de junho de 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos**. Rio de Janeiro. 2002.

